

FINANÇAS PÚBLICAS (DESPESAS) - VOL. 2

ESTUDOS TEMÁTICOS E SETORIAIS



Prefeitura de Fortaleza
Instituto de Planejamento de Fortaleza



FCPC
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA



FORTALEZA2040

Fortaleza, Ceará
Julho de 2015

**RELATÓRIO DE ATIVIDADE REFERENTE AO PROJETO FORTALEZA
2040**

**PARTE INTEGRANTE DO PROJETO DE PESQUISA “REGIÃO, COMPETITIVIDADE
E METRÓPOLE”, CADASTRADO EM 27.04.2015 NO DEPARTAMENTO DE TEORIA
ECONÔMICA(DTE) E DIRETORIA FEAAC (UFC) PROCESSO 23067.007650/2015-00
(UFC)**

RELATÓRIO 02: FINANÇAS PÚBLICAS (DESPESAS)

**Inez Silvia Batista Castro (Professora DTE/UFC)
Felipe de Sousa Bastos (Economista CAEN/UFC)**

Fortaleza

Novembro/2015

Terceira Versão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	DESPESAS	3
2.1	Despesas (por função).....	7
3	INDICADORES LIGADOS À LEI DE RESPOSABILIDADE FISCAL (LRF)	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
	APÊNDICE	21

1. Introdução

A partir da constituição de 1988, estabeleceu-se uma série de direitos ao cidadão brasileiro. Para garantir tais direitos - como acesso à saúde e à educação, por exemplo - demandam-se cada vez mais gastos das diversas esferas de governo.

A fim de averiguar a capacidade de fomentar a prestação de serviços públicos ao longo do tempo, é, de suma importância, a análise da situação fiscal de um município, visto que ela está diretamente relacionada à capacidade de gestão da administração pública. A saúde das contas públicas é fundamental tanto para a sustentabilidade dos serviços públicos ofertados como para a manutenção da qualidade dos mesmos. As contas saneadas são importantes também para a criação de um ambiente propício aos negócios, visto que o setor público é um importante demandante de bens e serviços obtidos junto ao setor privado.

Neste sentido, no diagnóstico que segue, analisa-se a situação fiscal do município de Fortaleza do ponto de vista da despesa de modo geral, seu tratamento por função e alguns indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, busca-se, sempre que possível, traçar um paralelo com as demais capitais do país, sobretudo, aquelas do Nordeste mais próximas de Fortaleza, em termos socioeconômicos, quais sejam: Recife e Salvador.

Este trabalho está dividido, além desta introdução, em mais três seções: a seção seguinte traz uma análise das despesas municipais por tipo e função; mais adiante, discute-se indicadores definidos a partir LRF e, por fim, têm-se as considerações finais.

2. Despesas¹

Dentre as capitais brasileiras, a cidade de Fortaleza é a décima sétima com maior despesa corrente como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2002 subindo cinco posições no *ranking* no ano de 2012 (ver tabela 1)², com taxa de crescimento real de 2,62% a.a.. João Pessoa é a capital com maior despesa como proporção do PIB no último ano, seguida por Teresina e Palmas, respectivamente. São Paulo é apenas a vigésima quarta capital.

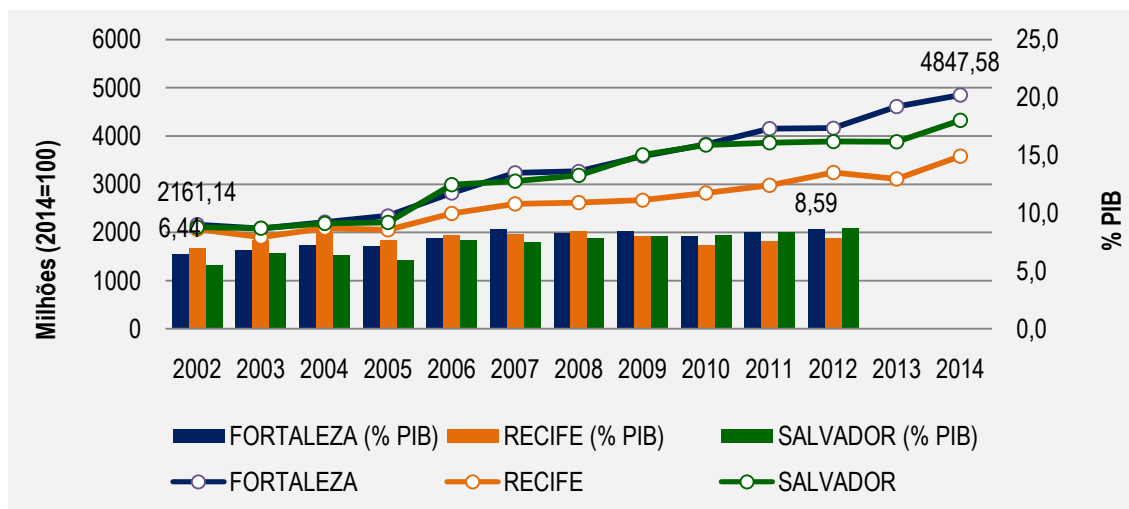
No gráfico abaixo, tem-se a evolução das despesas correntes para algumas capitais nordestinas. Pode-se observar que Fortaleza é, em termos absolutos, a capital com maior despesa corrente, ao longo de praticamente todo o período em estudo, atingindo o montante de

¹ Todas as informações monetárias utilizadas neste estudo foram devidamente deflacionadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, tendo 2014 como ano-base.

² A tabela 1, assim como as demais tabelas em que há informações para todas as capitais brasileiras, está em apêndice.

4.847,58 milhões de reais em 2014. Entretanto, quando se pondera este indicador pelo PIB³, o resultado da capital cearense torna-se bastante próximo das demais cidades.

GRÁFICO 1: Evolução das Despesas Correntes para Cidades Brasileiras (2002-2014)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN.

Na tabela 2, a seguir, têm-se as taxas crescimento real médio anual das despesas correntes. Dentre os três subperíodos em estudo, 2003-2006 reportou maior crescimento, de 7,58% a.a. Perceba que este período caracteriza-se por elevadas expansões das despesas também para Recife, Salvador e São Paulo.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento Médio Anual das Despesas Correntes para Cidades Brasileiras (2003 - 2014)

Município	Δ% a.a.		
	2003/2006	2007/2010	2011/2014
Fortaleza	7,58	4,21	3,89
Recife	5,68	2,08	4,61
Salvador	8,97	5,48	2,86
São Paulo	5,47	4,43	3,15

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota 1: A taxa de crescimento médio anual, Δ% a.a., é definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)] / T\}$.

Nota 2: Informações deflacionadas pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), reais de 2014.

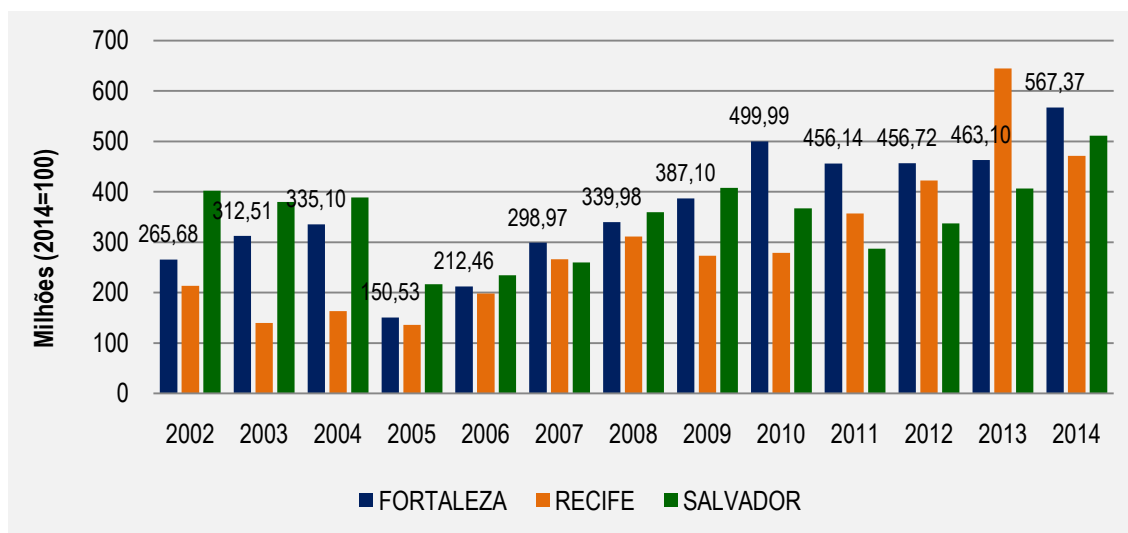
Quanto às despesas de capital⁴ como proporção do PIB, Fortaleza ocupava a décima nona posição em 2012, com taxa de crescimento real de, em média, 1,57% a.a. Campo Grande e Palmas,

³ As informações de PIB para as capitais brasileiras foram extraídas do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em novembro de 2015, estavam disponíveis dados de PIB para as capitais até o ano de 2012.

⁴ Refere-se às despesas de investimento, inversões financeiras e transferências de capital.

primeiro e segundo colocados no ano de 2012, reportaram decréscimo real de, em média, 1,85% a.a. e 2,45% a.a. Em termos absolutos, observa-se grande expansão das despesas de capital no período de 2006 a 2010, conforme se observa no gráfico 2. Após este período, há queda seguida de relativa estabilidade, com nova expansão em 2014, da ordem de 567,37 milhões de reais.

GRÁFICO 2: Evolução da Despesa de Capital para Cidades Brasileiras (2002-2014).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN.

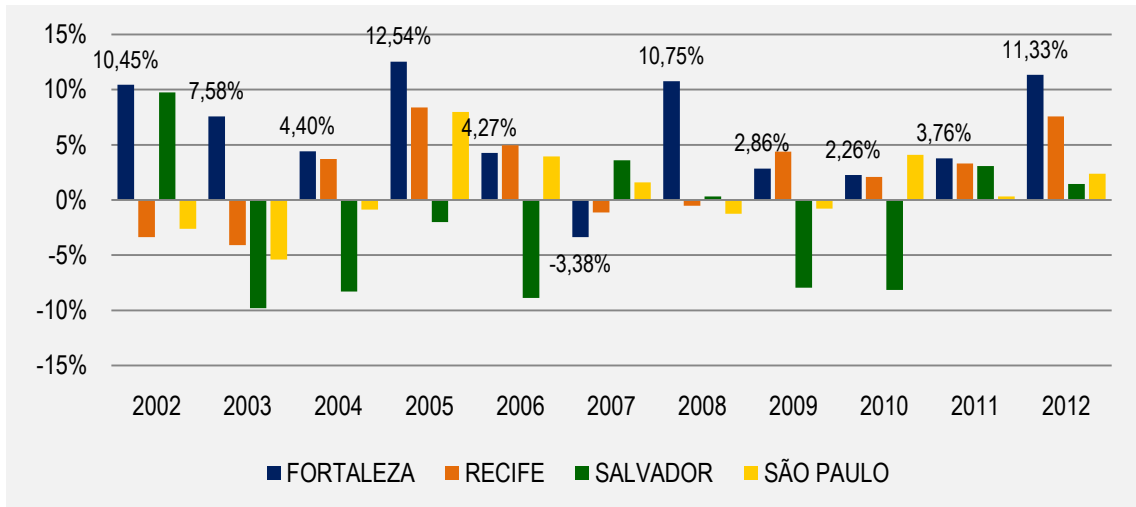
Em relação à execução orçamentária dos municípios, opta-se por ‘ponderar’ o indicador de resultado orçamentário pela receita orçamentária de modo a amenizar a disparidade existente entre as capitais brasileiras. Assim, tem-se a seguinte equação:

$$\text{Resultado Orçamentário} = \frac{\text{Receita Orçamentária} - \text{Despesa Orçamentária}}{\text{Receita Orçamentária}}$$

Em caso de resultado positivo, diz-se que a cidade apresentou um superávit orçamentário, reportando déficit orçamentário caso contrário. Deve-se salientar ainda que é desejável um superávit orçamentário próximo de zero, visto que grandes superávits significam a não aplicação dos recursos financeiros e déficits implicam aumento da dívida pública municipal, o que, no limite, torna esta esfera de governo incapaz de fornecer os serviços públicos demandados pela população.

Quando comparada às demais capitais brasileiras, Fortaleza reporta o maior resultado orçamentário em ambos os períodos, inicial e final (ver tabela 4) – a frente de Palmas e Boa Vista –, com taxa de crescimento de em média 8,46% a.a. Ao observar-se o gráfico 3, vê-se que a capital cearense apresenta superávit orçamentário em todos os períodos, com exceção de 2007, diferentemente de Salvador, a qual é deficitária durante praticamente todo o período de 2003-2010.

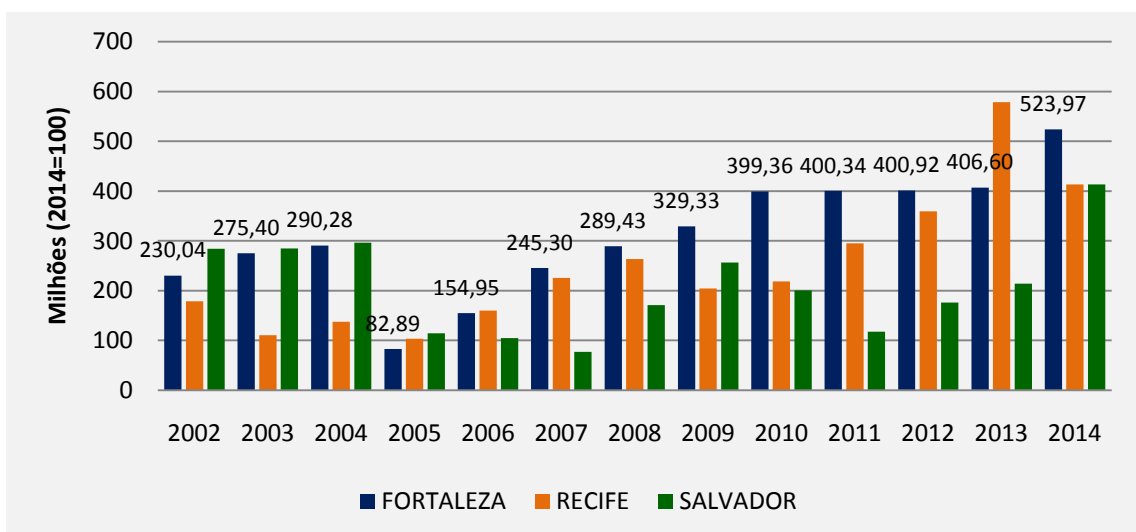
GRÁFICO 3: Evolução do Resultado Orçamentário para Cidades Brasileiras(2002-2012).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN.

No que diz respeito ao investimento público, Fortaleza é, em 2012, apenas a décima oitava capital brasileira com maior volume de investimento como proporção do PIB, ficando a frente apenas de Salvador, Maceió e Natal dentre as capitais nordestinas, sendo Campo Grande a primeira colocada no *ranking* em 2012. Apesar disso, o investimento como proporção do PIB cresceu, em média, a uma velocidade real de 1,70% a.a. (ver tabela 5, em apêndice). Em termos absolutos, o gráfico 4 traz a evolução do volume de investimento para algumas cidades nordestinas. Pode-se observar a forte evolução dos investimentos em Fortaleza no período de 2005-2010, tendo o volume de investimento estabilizado no montante de aproximadamente 400 milhões de reais no subperíodo de 2010-2013, voltando a se expandir em 2014.

GRÁFICO 4: Evolução do Investimento para cidades brasileiras(2002-2014).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN.

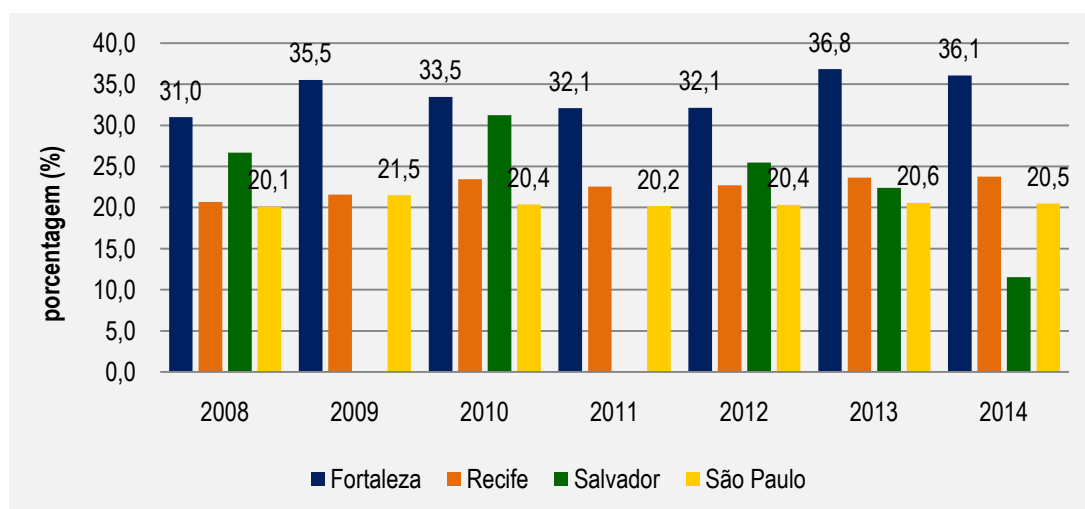
2.1 Despesas (por Função)

Devido à grande importância de temas como saúde, educação, saneamento, entre outros, analisa-se a partir de agora a evolução de algumas despesas de acordo com seu fim.

Saúde

Na tabela 6, em apêndice, tem-se a evolução das despesas com saúde como proporção da receita orçamentária⁵. Dentre as 26 cidades em estudo, Fortaleza é, inicialmente a sexta capital no ranking, caindo, contudo, para a décima segunda posição no ano de 2012 e decrescendo, em média, 1,07% a.a. As capitais nas melhores posições no último ano são, respectivamente, João Pessoa, Teresina e Campo Grande. O gráfico a seguir traz a evolução dos gastos com saúde como proporção da receita corrente líquida (RCL) para algumas capitais. Pode-se observar que Fortaleza é, dentre as capitais em análise, a capital com maior gasto com saúde com proporção da RCL em todo o período.

GRÁFICO 5: Evolução da Razão Gastos com Saúde/RCL para cidades brasileiras(2008-2014).



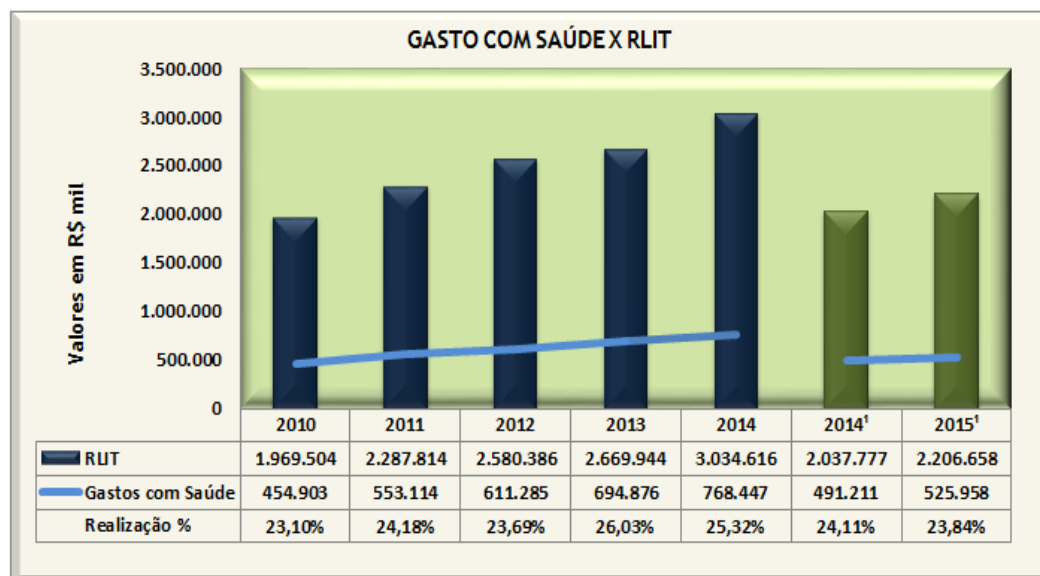
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ComparaBrasil.

Nota: Resultado diferente daquele fornecido pela Secretaria de Finanças por levar em conta não apenas os 3 primeiros bimestres de cada ano na despesa empenhada com saúde.

No gráfico6, pode-se observar que a capital cearense reporta percentual de gasto com saúde em relação a receita líquida tributária (RLIT) ao longo de todo o período em estudo satisfazendo o percentual mínimo de 15% exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

⁵ Esta proporção não se refere aquele percentual mínimo de gastos com educação definidos constitucionalmente a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. O mínimo de 25% de gastos com educação dá-se sobre as receitas líquidas de impostos e transferências constitucionais.

GRÁFICO 6: Evolução da Razão Gastos com Saúde/RLIT para Fortaleza (2010-2015).



Fonte: GRPFOR/FC – RREO 4º Bimestre/RGF 2º Quadrimestre.

No que diz respeito aos gastos com saúde por habitante, a partir da tabela 7, em apêndice, pode-se observar que Fortaleza – com crescimento médio real anual de 3,99% a.a. – permanece na mesma posição no *ranking* e é apenas a décima primeira capital com maior gasto com saúde *per capita* no ano de 2014. Destaque para Belo Horizonte, Campo Grande e Teresina, que foram, respectivamente, as três capitais com maior valor deste indicador no último ano em análise. Deve-se ressaltar também o forte crescimento médio de João Pessoa, da ordem de 11,03% a.a.. Na tabela 8, tem-se as taxas de crescimento médio anual por subperíodo para algumas capitais. Nela, observa-se que as maiores taxas de crescimento são reportadas no subperíodo de 2003-2006, tendo a capital cearense crescido 3,90% a.a.. Destaque, mais uma vez, para o forte crescimento de Salvador, de 23,25% a.a. neste intervalo.

Tabela 8 - Taxa de Crescimento Médio Anual dos Gastos com Saúde *per capita* para Cidades Brasileiras (2003-2014)

Município	Δ% a.a.		
	2003/2006	2007/2010	2011/2014
Fortaleza	3,90	2,20	4,13
Recife	9,10	5,48	4,33
Salvador	23,25	7,70	-18,67
São Paulo	8,87	5,82	1,25

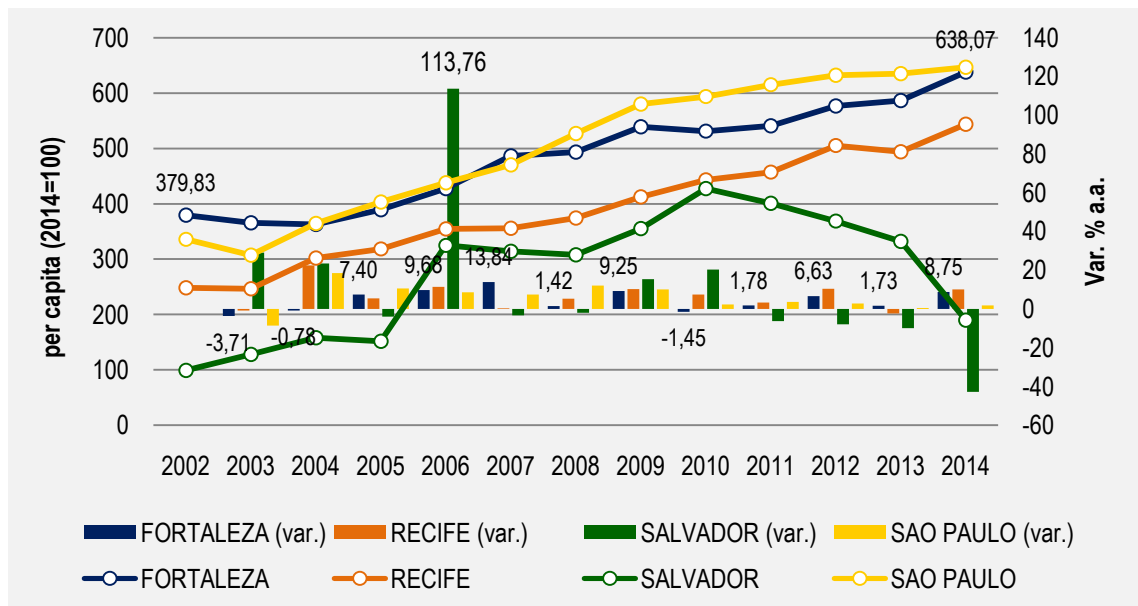
Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota 1: A taxa de crescimento médio anual, Δ% a.a., é definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$.

Nota 2: Informações deflacionadas pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), reais de 2014.

A seguir, tem-se a evolução dos gastos com saúde por habitante para algumas capitais nordestinas e São Paulo. Pode-se observar que, com exceção do período anterior a 2004 e o ano de 2007, São Paulo apresentou maior gasto com saúde *per capita*. A capital paulista é seguida de perto por Fortaleza, que apresenta gasto com saúde *per capita* de 638,07 reais em 2014. Dentro do período em análise, as capitais brasileiras gastaram em média 494,37 reais por habitante com saúde, montante de aproximadamente 8,30 reais acima daquele gasto reportado por Fortaleza, que foi da ordem de 486,08 reais, em média (ver tabela 7, em apêndice).

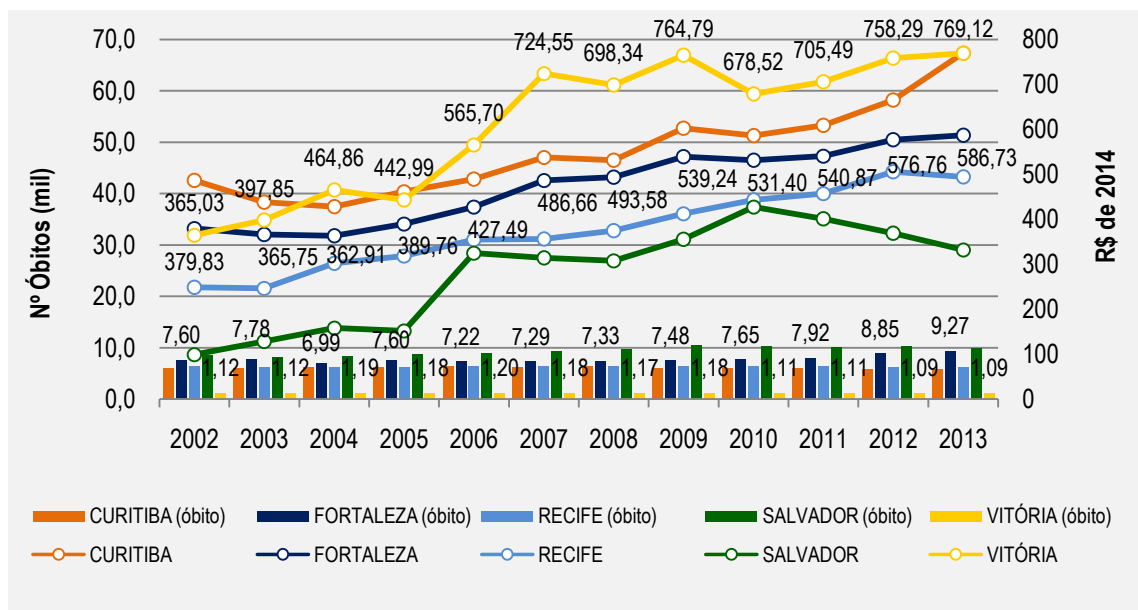
GRÁFICO 7: Evolução dos Gastos *per capita* com Saúde para cidades brasileiras (2002-2014).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN.

No gráfico 8 tem-se a evolução de indicadores de gasto com saúde por habitante e o número de óbitos por causas evitáveis, uma *proxy* para a qualidade dos serviços de saúde. Observa-se nele que Vitória, capital com maior gasto *per capita* com saúde ao longo de praticamente todo o período em estudo, é também a cidade com menor número de óbitos, com 1,09 mil óbitos por causas evitáveis em 2013. Por outro lado, Fortaleza tem reportado elevado número de óbitos, chegando a 9,27 mil óbitos por causas evitáveis no último ano, a despeito da trajetória ascendente de gastos com saúde *per capita*. Quando comparada a seus pares nordestinos, a capital cearense reporta maior gasto *per capita* com saúde em todo o período, apresentado maior número de óbitos que Recife e inferior a Salvador.

GRÁFICO 8: Evolução dos Gastos per capita com Saúde e Número de Óbitos por Causas Evitáveis para cidades brasileiras (2002-2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN, IBGE e DATASUS.

Nota: Vitória e Curitiba foram selecionadas por serem, respectivamente as capitais brasileiras com maior pontuação no Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), divulgado pelo Ministério da Saúde em 2012

Educação

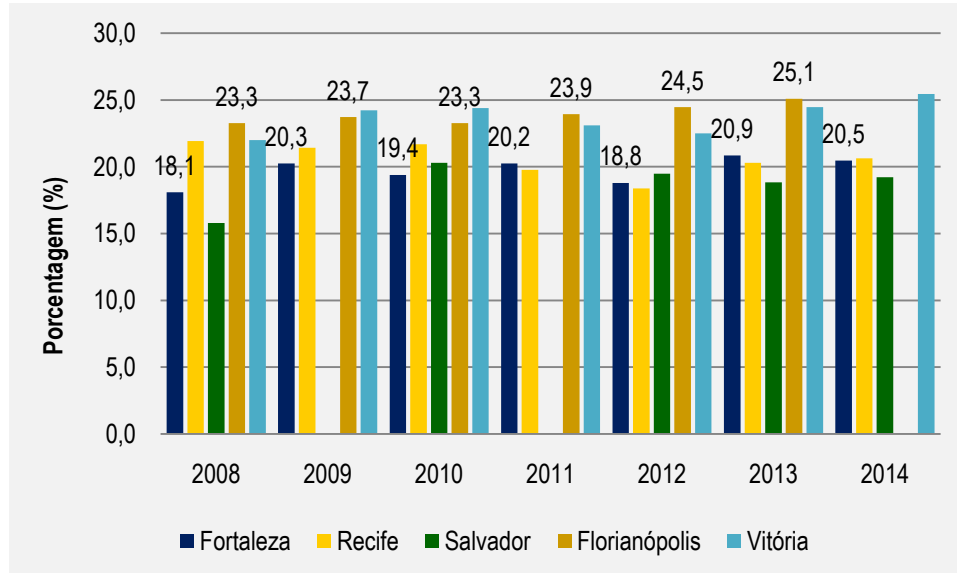
A cidade de Fortaleza é, em 2012, apenas a vigésima capital com maior representatividade do gasto com educação na receita orçamentária, com decréscimo real médio anual de 0,95% a.a., ficando a frente apenas de Recife dentre as capitais nordestinas. Vale ressaltar que Macapá, Manaus e Palmas são as capitais com maior percentual neste indicador no último ano, respectivamente (ver tabela 9).

No gráfico 9, observa-se a evolução dos gastos com educação como proporção da RCL para algumas capitais nordestinas, Florianópolis e Vitória⁶. Cumpre ressaltar que este indicador difere do calculado por exigência legal, que especifica que os gastos com educação devem compreender, no mínimo, 25% da RLIT (informações expressas no gráfico 10).

No que toca aos gastos de educação relativamente a Receita Corrente Líquida, é importante destacar aqui o fato de que Florianópolis e Vitória reportaram maior percentual de gasto com educação do que a capital cearense ao longo de todo o período 2008-2013, tendo Fortaleza gasto mais de 20% de sua RCL com educação no ano de 2014.

⁶Vitória e Florianópolis foram as capitais melhores posicionadas no ranking de desempenho em Educação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Pnud divulgado em 2013 e, por isso, estão incluídas nos gráficos e tabelas relacionados a indicadores educacionais.

GRÁFICO 9: Evolução da Razão Gastos com Educação/RCL para cidades brasileiras (2008-2014).

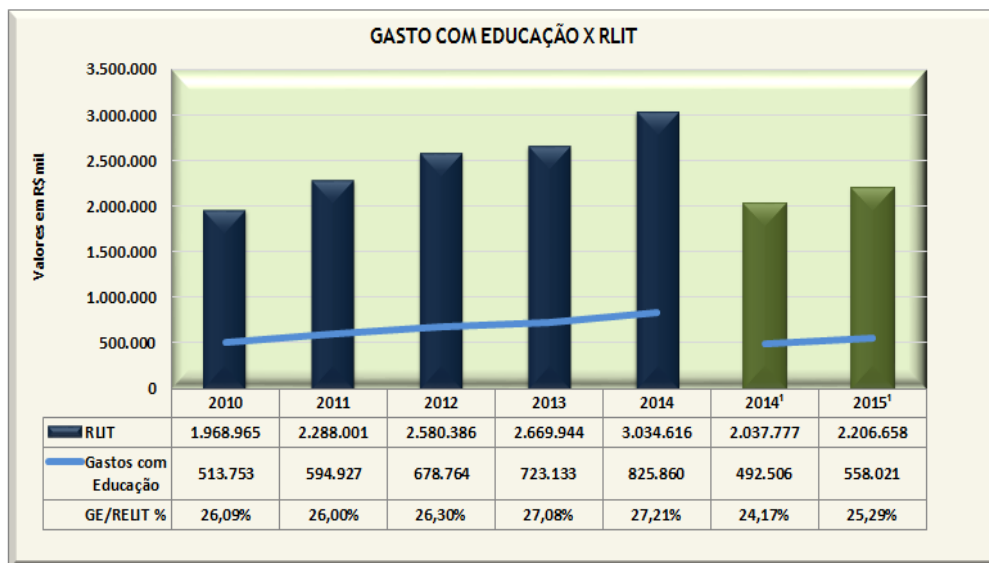


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ComparaBrasil.

Nota: Não há informações para Salvador nos anos de 2009 e 2011, e Florianópolis em 2014.

No que se refere ao percentual mínimo de gasto com educação em relação a receita líquida de impostos e transferências (RLIT), no gráfico 10, abaixo, percebe-se que a capital cearense sempre obedeceu ao mínimo constitucionalmente estabelecido, de 25%.

GRÁFICO 10: Evolução da Razão Gastos com Educação/RLIT para Fortaleza (2010-2015).



Fonte: GRPFOR/FC – RREO 4º Bimestre/RGF 2º Quadrimestre.

Quanto ao gasto por aluno, Florianópolis e Vitória reportaram maior valor deste indicador em 2010, seguidas por Recife, que sobe duas posições em 2014 (perceba que não está disponível a informação para Florianópolis no último ano). A capital cearense, apesar do crescimento de, em média, 7,03% a.a. entre os anos de 2010 e 2014, é apenas a quarta colocada dentre as capitais sob análise no último período, com um gasto médio de R\$ 4.339,82 por aluno ao ano. Este montante é bastante inferior ao reportado por Florianópolis, que tem gasto, em média, R\$ 9.650,20 por aluno ao ano.

Tabela 10 - Disparidades no Gasto por aluno ao ano para Capitais Brasileiras (2010-2014)

Município	2010	2014	Média	Amplitude		Ranking (10/14)	Δ% a.a.
				Mín	Máx		
Florianópolis	9227,37	-	9650,20	9227,37	10165,86	1/-	-
Fortaleza	3470,84	4932,61	4339,82	3470,84	4932,61	5/4	7,03
Recife	6357,87	8966,05	7340,16	6357,87	8966,05	3/1	6,88
Salvador	5302,99	6613,58	5625,68	5081,64	6613,58	4/3	4,42
Vitória	6722,91	7514,41	7097,52	6722,91	7514,41	2/2	2,23

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INEP e FINBRA/STN.

Nota 1: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas correntes como proporção do PIB entre 2010-2014 definida por: $\Delta\% = \frac{T - 2010}{2014 - 2010} \times 100$, onde T = 5.

Nota 2: Vitória e Florianópolis foram as capitais melhores posicionadas no *ranking* de desempenho em Educação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Pnud divulgado em 2013.

Nota 3: O número de alunos foi apurado a partir da matrícula inicial - no ensino fundamental regular e ensino fundamental de Educação para Jovens e Adultos (EJA) - na rede pública municipal

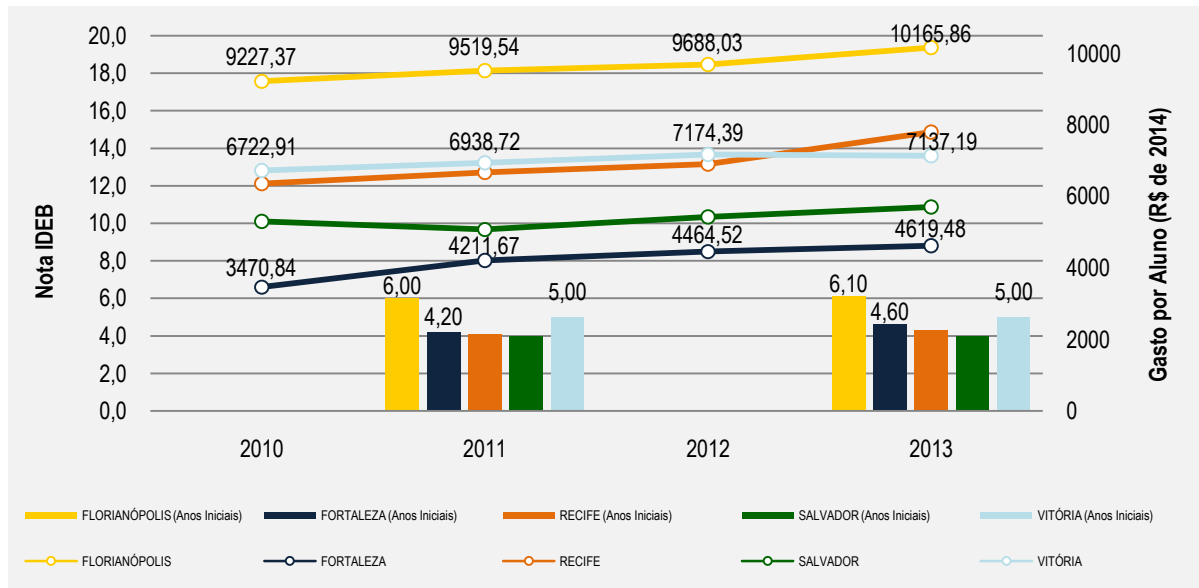
A fim de levantar a possibilidade de algum possível problema de gestão, os gráficos que seguem reportam, juntamente com a evolução dos gastos com educação por aluno, os resultados bienais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – anos iniciais e finais do ensino fundamental – para algumas cidades. Este índice tem como objetivo quantificar o desenvolvimento da educação básica. Foi criado em 2007, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) a fim de promover melhorias nos resultados e na qualidade da educação brasileira e paratanto, realiza desde a análise macro, contabilizando os resultados do país em seu todo, assim como uma análise particular de escola a escola, podendo ser importante instrumento para focalizar os gastos de educação na capital Fortaleza.

O IDEB é formado por dois outros indicadores: que é o do rendimento escolar, este compreendido por taxa de aprovação e fluxo escolar e pelo desempenho em exames padronizados realizados pelo INEP, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

No Gráfico 11, pode-se observar que as cidades de Fortaleza e Florianópolis obtiveram melhorias no resultado do IDEB (anos iniciais) que foram precedidas por expansões do gasto com

educação por aluno. Por outro lado, Vitória manteve resultado idêntico no IDEB apesar da ligeira queda em seu gasto por aluno entre os anos de 2012 e 2013.

GRÁFICO 11: Evolução do Gasto por Aluno e Nota IDEB (Anos Iniciais) para cidades brasileiras (2010-2013).

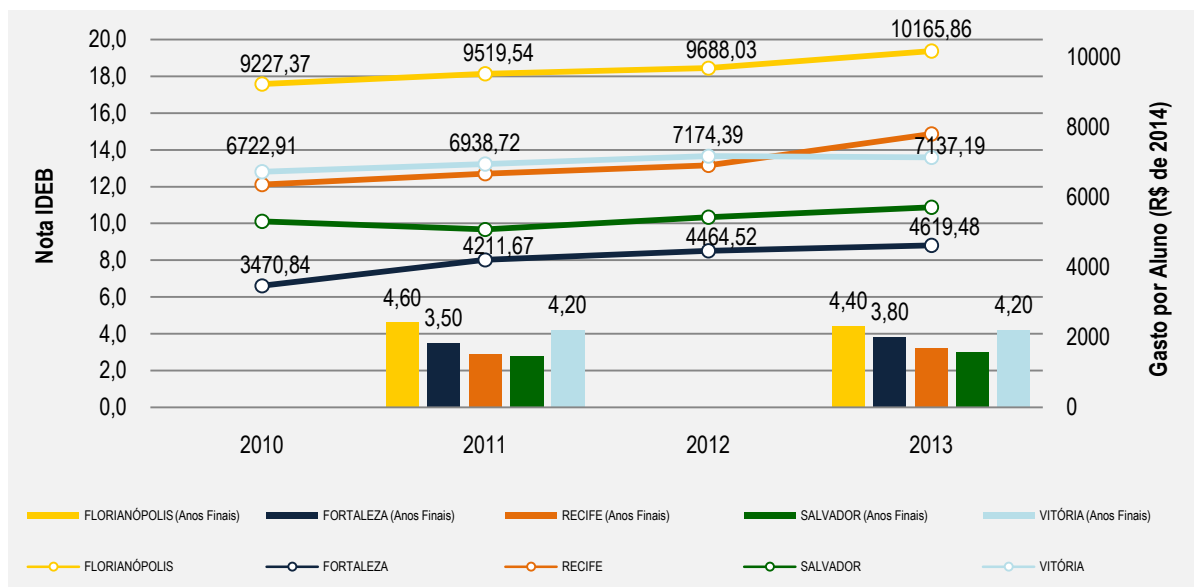


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN e INEP/PNE.

No que se refere à nota IDEB (anos finais), a capital cearense melhorou sua nota *pari passu* ao aumento de gasto com educação por aluno. Por outro lado, Florianópolis apresenta queda em sua nota mesmo tendo expandido seu gasto por aluno. É importante ressaltar também que a capital cearense reportou melhor resultado no IDEB do que as cidades de Recife e Salvador, mesmo dispendendo menos por aluno em todo o período de 2010-2013.

Cumpre destacar que os efeitos de incrementos nos gastos de educação não são imediatos, têm certa defasagem temporal. Ademais, para que possam produzir efeitos duradouros sobre a qualidade da educação é importante a permanência/incremento dos valores gastos por alunos por pelo menos, um ciclo de quatro anos.

GRÁFICO 12: Evolução do Gasto por Aluno e Nota IDEB (Anos Finais) para cidades brasileiras(2010-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FINBRA/STN e INEP/PNE.

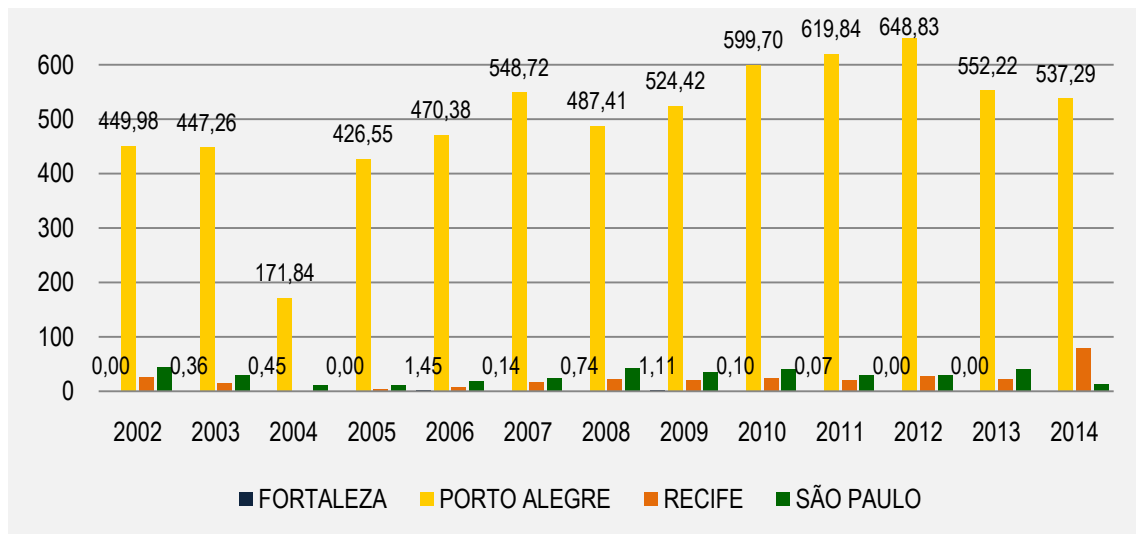
Saneamento⁷

Na tabela 11, em apêndice, pode-se observar que Fortaleza foi –juntamente com Natal, Palmas e Salvador – a capital com menor gasto com saneamento por habitante nos anos de 2002 e 2013, dispendendo zero reais por habitante. Por outro lado, Porto Alegre gastou em média 495,60 reais por habitante e teve uma variação de 22,72% entre os anos de 2002 e 2013 deste indicador, sendo, portanto, a primeira colocada do *ranking* em ambos os períodos.

O gráfico abaixo traz a evolução deste indicador para algumas capitais. Nele, pode-se observar a enorme disparidade existente entre os gastos de Porto Alegre e as demais cidades consideradas, o que pode ser fruto, como já mencionado anteriormente, de problemas na mensuração dos valores gastos com saneamento pelas capitais brasileiras. Deve-se salientar também que, segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 69,92% da população fortalezense era atendida com serviços de esgoto sanitário no ano de 2013.

⁷ Os dados disponíveis no FINBRA para este tipo de gasto foram idênticos à zero em alguns anos, o que pode ser resultado de alguma falha no cômputo destas informações.

GRÁFICO 13: Evolução do Gasto *per capita* com Saneamento para cidades brasileiras(2002-2014).



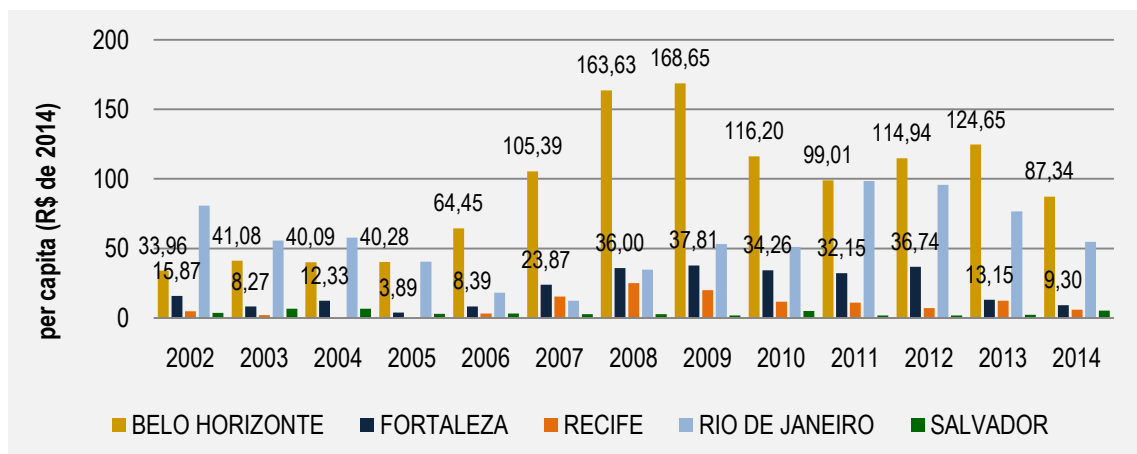
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: Fortaleza não divulgado em 2014.

Habitação

Para os dispêndios com habitação, Fortaleza está melhor posicionada, sendo a décima segunda capital com maior volume de gasto *per capita* com habitação, em 2014, apesar do decréscimo de 41,38% no indicador entre os anos de 2002 e 2014. No último ano, as cidades com maior gasto por habitante são Belo Horizonte, Porto Alegre e Vitória, tendo a capital mineira gasto 87,34 reais em habitação por habitante. No gráfico 14, abaixo, observa-se que Fortaleza sempre gastou mais – em termos *per capita* – do que as capitais nordestinas de Recife e Salvador. Este gasto é, porém, bem abaixo daquele de cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

GRÁFICO 14: Evolução do Gasto *per capita* com Habitação para cidades brasileiras (2002-2014).



Fonte:

Elaboração própria a partir de dados do IBGE e FINBRA/STN.

No quadro 1, resumem-se os principais programas para os quais são destinados os recursos da rubrica habitação pela prefeitura de Fortaleza.

Quadro 1 - Destinação dos Gastos com Habitação da Prefeitura de Fortaleza nos Últimos Anos

Programa	Detalhamento
Habitar Bem	No âmbito do “Programa Habitar Bem”, estão inclusas iniciativas como construção de praça com equipamento comunitário, execução de novas unidades habitacionais, requalificação da malha viária com construção de novas vias e execução de melhorias habitacionais na região do Serviluz, com ações multissetoriais, incluindo na execução, além da Habitafor, a Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (Seinf) e a Secretaria de Turismo de Fortaleza (Setfor).
Minha Casa, Minha Vida	A responsabilidade pelos cadastros e pela seleção de famílias é do município, que, através do trabalho social seleciona os beneficiários conforme os seguintes critérios gerais: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; com mulheres responsáveis pela unidade familiar; das quais façam parte pessoas com deficiência; beneficiárias da locação social; famílias numerosas, que configurem densidade excessiva de moradores por dormitório; e das quais façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia e cardiopatias graves). As famílias que não possuem renda fixa ou comprovada arcam com uma parcela de R\$ 25,00, durante 10 anos. Já as demais famílias, que comunicaram renda até três salários mínimos, pagam uma parcela mensal de 5% incidente sobre a remuneração, também durante uma década. IMPORTANTE: De acordo com a Lei Municipal 9.294, de 2007, é proibido vender, alugar, ceder, deixar fechada ou transferir unidades habitacionais de interesse social. O descumprimento dessa Lei pode implicar na perda da sua casa.
Requalificação Urbana com Inclusão Social (PREURBIS)	Consiste em mais uma importante estratégia para a requalificação urbana e melhoria das condições de vida das famílias que residem nas áreas de risco da cidade. As ações do PREURBIS envolvem um conjunto de atividades que passam pelos aspectos de urbanização e de habitação, pelos componentes técnicos e de engenharia, obras de infraestrutura viária, sanitária, equipamentos urbanos/sociais e de recuperação ambiental, além da avaliação e controle de impactos no meio ambiente. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, o PREURBIS atua em 16 comunidades, situadas às margens do Rio Cocó, Rio Maranguapinho e Vertente Marítima Oeste.
Regularização Fundiária de Assentamentos Precários	Atende famílias que vivem em áreas irregulares, em antigas ocupações, promovendo a implantação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária em favor de beneficiários, ou seja, a conquista do documento do imóvel no seu nome, o chamado “papel da casa”. Por intermédio deste projeto, a Fundação transforma em proprietários os moradores de áreas ocupadas de forma irregular, ocupações de áreas privadas, ou de novas unidades habitacionais construídas através do programa de produção habitacional da cidade.
Melhorias Habitacionais	Tem como objetivo possibilitar a realização de pequenas reformas em unidades habitacionais, tendo em vista trazer melhoria para as casas que se encontrem sem as devidas condições de moradia, através da construção de banheiros, cômodos, instalação de piso, cobertura, redes elétricas, hidráulicas e sanitárias. Com o projeto, cada família recebe R\$ 1.500 reais em material de construção. A contrapartida da família é entrar com a mão-de-obra. A Prefeitura realiza ainda a elaboração dos projetos, acompanha as obras e seleciona as famílias.
Habitação de Fortaleza	Construção de unidades habitacionais, reassentamento, terraplangem, urbanização, pavimentação, drenagem, paisagismo e equipamento comunitário em várias comunidades da cidade.

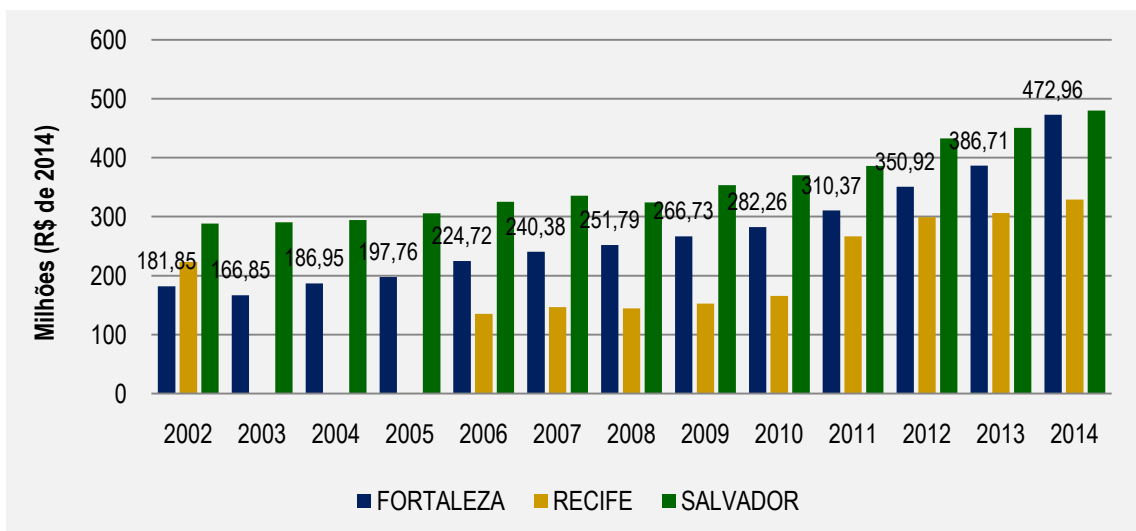
Fonte: Adaptado a partir de informações coletadas no site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

Previdência Social

Quanto aos gastos com a previdência, este tipo de gasto tem representado em média apenas 0,61% do PIB da capital cearense, que ocupa, em 2013, a décima terceira posição. As capitais com maior gasto da previdência como proporção do PIB são Maceió, Goiânia e Rio de Janeiro, mas, mesmo para estas cidades, tal gasto não ultrapassa mais que 1,50% do PIB. Vale destacar ainda que este tipo de gasto como proporção do PIB cresceu a velocidade real de 2,62% a.a. para a Fortaleza no período 2002-2012.

No gráfico 15, tem-se a evolução dos gastos com a previdência para algumas capitais nordestinas. Nele, pode-se observar a tendência crescente deste tipo de gasto, chegando ao montante de 472,96 milhões de reais em 2014. Apesar disso, o volume de gasto com a previdência de Fortaleza esteve sempre abaixo do montante despendido por Salvador.

GRÁFICO 15: Evolução do Gasto com a Previdência Social para cidades brasileiras (2002-2014).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados FINBRA/STN.

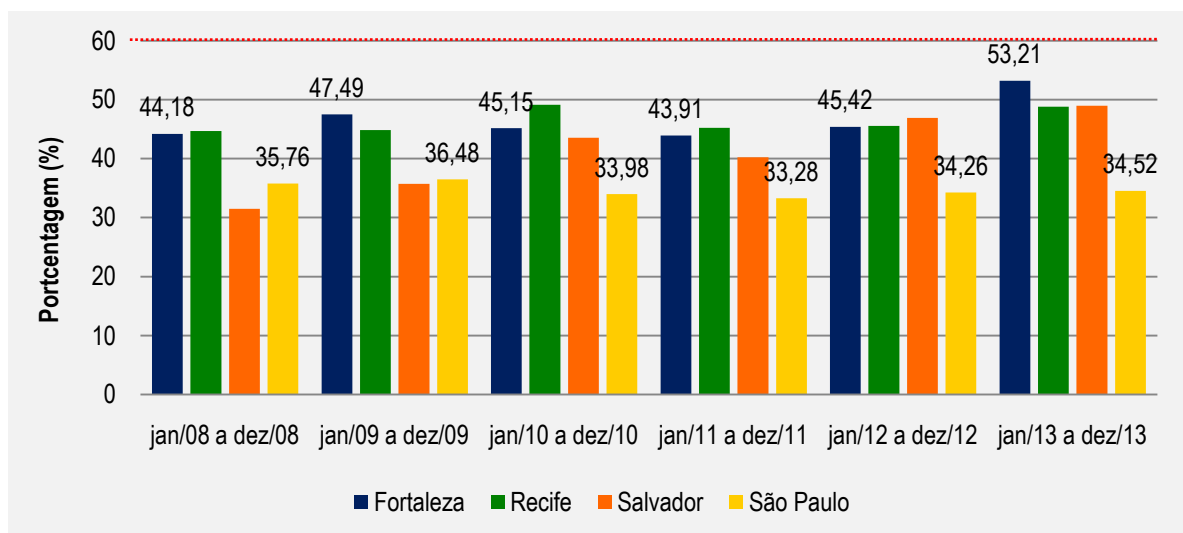
3. Indicadores Relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A promulgação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, constituiu um marco. A partir dela, inaugura-se um período caracterizado pelo maior controle das contas públicas, norteando-se com base no equilíbrio fiscal e transparência. A LRF estabeleceu uma série de metas – como o percentual máximo de 60% de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) em gastos com pessoal – e limites de endividamento. Analisam-se algumas delas a partir de agora.

Gastos com Pessoal

Conforme mencionado anteriormente, a LRF estabelece que os municípios devem comprometer no máximo 60% de sua RCL em gastos com pessoal e encargos sociais. A partir da tabela 14, em apêndice, observa-se que Fortaleza sobe quatro posições no *ranking* e é a quarta capital com maior gasto com pessoal como proporção da RCL, crescendo, em média, 3,10% a.a. As capitais com maior percentual no último ano são, respectivamente, Florianópolis, Palmas e João Pessoa, entretanto, nenhuma capital desrespeita o limite imposto pela LRF. No gráfico 16, abaixo, pode-se observar que Fortaleza é, dentre as capitais selecionadas, aquela com maior razão Gastos com Pessoal e Encargos Sociais/RCL, respeitando sempre o limite definido em lei.

GRÁFICO 16: Evolução da Razão Gastos com Pessoal e Encargos Sociais/RCL (%) para cidades brasileiras (2008-2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do sítio ComparaBrasil.

Nota: Não há informações disponíveis para o ano de 2014.

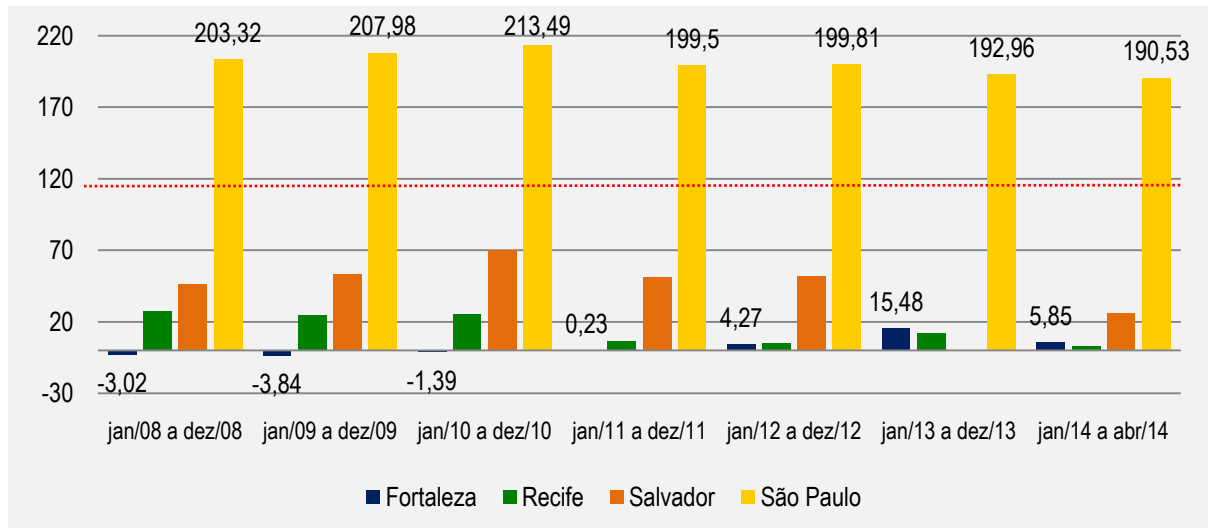
Grau de Endividamento

Quanto ao grau de endividamento, a LRF estabelece que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos municípios não deve ultrapassar o montante correspondente a 120% de sua respectiva RCL. Em comparação com as demais capitais, constata-se que a capital cearense é – após subir seis posições no *ranking* – apenas a décima terceira capital com maior razão DCL/RCL. Na contramão da capital cearense, São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá são, em 2014, as capitais mais endividadas, respectivamente (ver tabela 15, em apêndice).

O gráfico 17 traz ainda a evolução deste indicador para algumas capitais nordestinas e São Paulo ao longo do período de 2008-2014. Observa-se nele que, com exceção de São Paulo, as demais

idades sempre respeitaram o limite de endividamento. Além disso, Fortaleza reporta uma razão DCL/RCL negativa em todos os anos, tal situação surge devido à cidade ter reportado DCL sempre negativa em todos os anos em análise.

GRÁFICO 17: Evolução da Razão DCL/RCL (%) para cidades brasileiras (2008-2014).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site ComparaBrasil.

Nota: Sem informação para Salvador no ano de 2013.

4. Considerações Finais

Este diagnóstico teve por objetivo fornecer um panorama das contas públicas da cidade de Fortaleza sob a perspectiva das despesas traçando, sempre que possível, paralelo com as demais capitais do país. Para tanto, elaboraram-se estatísticas descritivas relacionadas a uma ampla gama de indicadores.

Quanto à destinação dos gastos, observou-se que Fortaleza dispendeu razoáveis montantes para saúde, educação, saneamento e habitação, estando, entretanto, sempre abaixo de capitais que são *benchmark* no indicador – sobretudo nos indicadores de saúde e educação. Observou-se também que os gastos com a previdência são muito pouco representativos para todas as capitais brasileiras.

Com base nas estatísticas produzidas, pode-se afirmar que a capital cearense tem suas finanças relativamente organizadas, haja vista os contínuos superávits orçamentários de pequena magnitude e respeito às diretrizes definidas na LRF.

Diante da boa saúde dos indicadores da cidade, sobretudo aquele referente ao grau de endividamento representado pela razão DCL/RCL, pode-se sugerir a expansão dos investimentos

públicos do município de Fortaleza devido a grande margem para endividamento reportada pela mesma.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. 2012. **Perfil Municipal de Fortaleza. Tema II: Situação Fiscal - 2000 a 2011.** Nº 34.

_____.2013. **Situação Fiscal dos Municípios Cearenses na Década de 2000.** Nº 53.

_____. 2014. **Boletim da Conjuntura Econômica Cearense: 4º Trimestre de 2013.**

REVISTA FORTALEZA 2040. **Prefeitura Municipal de Fortaleza.** Edições IPLANFOR. Nº 1, ANO I-2014.

APÊNDICE

Tabela 1 - Disparidades na Razão Despesas Correntes/PIB (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Mín.	Máx.		
Aracaju	6,83	11,29	8,90	6,83	11,29	15/4	4,56
Belém	6,68	8,49	7,57	6,68	8,49	16/14	2,18
Belo Horizonte	8,35	10,33	8,87	8,16	10,33	4/7	1,94
Boa Vista	8,03	7,45	8,59	7,45	10,02	8/22	-0,69
Campo Grande	7,97	10,92	9,54	7,97	10,92	10/5	2,87
Cuiabá	8,09	8,54	7,21	6,36	8,54	7/13	0,49
Curitiba	7,99	8,91	7,86	7,30	8,91	9/10	0,98
Florianópolis	6,21	7,64	7,09	6,21	8,43	18/20	1,88
Fortaleza	6,44	8,59	7,78	6,44	8,60	17/12	2,62
Goiânia	7,92	9,35	8,25	7,35	9,35	11/9	1,51
João Pessoa	5,63	12,16	9,67	5,63	12,16	21/1	7,01
Macapá	5,14	7,56	6,48	5,14	7,56	23/21	3,50
Maceió	8,15	10,38	8,69	7,57	10,38	5/6	2,20
Manaus	3,62	5,18	4,02	3,33	5,18	26/25	3,27
Natal	7,63	9,88	8,99	7,63	9,99	12/8	2,35
Palmas	10,00	11,89	11,26	9,55	12,38	1/3	1,57
Porto Alegre	7,11	8,09	7,17	6,43	8,09	13/17	1,17
Porto Velho	6,14	8,14	6,85	5,69	8,14	19/16	2,55
Recife	7,02	7,88	7,81	7,02	8,43	14/18	1,05
Rio Branco	8,40	8,48	7,78	7,05	8,73	3/15	0,09
Rio de Janeiro	5,98	7,73	6,18	5,72	7,73	20/19	2,34
Salvador	5,51	8,73	7,32	5,51	8,73	22/11	4,18
São Luís	8,14	7,16	7,71	6,99	8,84	6/23	-1,17
São Paulo	4,56	6,32	5,38	4,56	6,32	24/24	2,97
Teresina	9,49	12,03	10,20	8,74	12,03	2/2	2,15
Vitória	4,36	4,44	3,99	2,90	4,81	25/26	0,15

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas correntes como proporção do PIB entre 2002-2012 definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 11.

Tabela 3 - Disparidades na Razão Despesa de Capital/PIB (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Mín.	Máx.		
Aracaju	1,15	1,28	0,93	0,40	1,38	10/12	0,99
Belém	0,93	1,77	1,01	0,50	1,77	15/5	5,88
Belo Horizonte	1,04	2,23	1,61	1,03	2,23	13/3	6,94
Boa Vista	5,11	1,80	2,45	0,81	5,11	1/4	-9,52
Campo Grande	3,60	2,94	2,40	1,55	3,60	2/1	-1,85
Cuiabá	0,88	1,26	0,82	0,49	1,26	18/13	3,22
Curitiba	0,80	0,72	0,66	0,36	1,00	21/23	-0,89
Florianópolis	1,38	1,19	1,07	0,71	1,38	6/14	-1,39
Fortaleza	0,79	0,94	0,86	0,46	1,09	22/19	1,57
Goiânia	0,86	0,45	0,80	0,45	1,15	19/25	-6,00
João Pessoa	1,19	1,52	1,25	0,49	1,90	9/9	2,18
Macapá	1,37	0,29	0,53	0,29	1,37	7/26	-14,18
Maceió	0,93	0,79	0,96	0,62	1,38	16/20	-1,40
Manaus	0,71	0,76	0,56	0,26	0,93	24/21	0,70
Natal	0,70	0,45	0,92	0,41	2,02	25/24	-3,95
Palmas	2,98	2,27	2,08	1,11	3,07	3/2	-2,45
Porto Alegre	0,84	1,09	0,81	0,58	1,09	20/15	2,35
Porto Velho	1,80	1,71	1,53	0,53	2,83	5/6	-0,44
Recife	0,72	1,03	0,77	0,51	1,03	23/17	3,17
Rio Branco	2,43	1,54	1,76	1,03	2,83	4/8	-4,13
Rio de Janeiro	1,07	1,71	1,14	0,51	2,19	11/7	4,27
Salvador	1,05	0,76	0,83	0,59	1,19	12/22	-2,99
São Luís	1,23	1,29	0,81	0,49	1,30	8/11	0,42
São Paulo	0,60	0,97	0,76	0,39	0,97	26/18	4,44
Teresina	0,98	1,31	1,33	0,77	1,87	14/10	2,62
Vitória	0,92	1,03	0,89	0,33	1,25	17/16	1,04

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas de capital como proporção do PIB entre 2002-2012 definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 11.

Tabela 4 - Disparidades no Resultado Orçamentário para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	ℓ%
				Mín.	Máx.		
Aracaju	-0,05	0,06	0,01	-0,05	0,06	20/6	-217,41
Belém	0,03	-0,02	0,02	-0,02	0,07	4/18	-147,91
Belo Horizonte	-0,04	-0,01	-0,02	-0,10	0,03	19/16	-75,24
Boa Vista	-0,14	0,11	-0,03	-0,31	0,15	26/2	-176,76
Campo Grande	-0,06	-0,02	0,00	-0,06	0,08	21/20	-63,12
Cuiabá	-0,03	-0,02	-0,01	-0,06	0,07	17/19	-29,10
Curitiba	0,01	0,04	0,02	-0,01	0,05	7/8	576,04
Florianópolis	-0,06	-0,04	0,00	-0,06	0,03	22/22	-40,38
Fortaleza	0,10	0,11	0,06	-0,03	0,13	1/1	8,46
Goiânia	-0,01	0,04	0,02	-0,09	0,12	12/7	-382,65
João Pessoa	0,02	-0,06	-0,02	-0,32	0,17	5/24	-447,43
Macapá	-0,02	-0,11	0,00	-0,11	0,10	15/26	377,67
Maceió	-0,02	-0,03	-0,01	-0,08	0,11	13/21	63,83
Manaus	0,01	0,00	0,01	-0,04	0,16	6/14	-45,77
Natal	0,00	0,02	-0,01	-0,08	0,06	9/11	1167,23
Palmas	0,00	0,10	0,07	0,00	0,18	8/3	2312,49
Porto Alegre	-0,02	-0,01	0,02	-0,04	0,07	14/17	-36,62
Porto Velho	0,05	0,01	0,03	-0,10	0,13	3/12	-67,82
Recife	-0,03	0,08	0,02	-0,04	0,08	18/4	-323,92
Rio Branco	-0,10	0,07	0,03	-0,10	0,17	25/5	-172,10
Rio de Janeiro	-0,01	-0,06	0,00	-0,06	0,08	11/23	373,36
Salvador	0,10	0,01	-0,02	-0,10	0,10	2/13	-85,12
São Luís	-0,06	-0,07	-0,02	-0,24	0,05	23/25	6,98
São Paulo	-0,03	0,02	0,01	-0,05	0,08	16/10	-190,91
Teresina	-0,01	0,00	0,01	-0,03	0,06	10/15	-89,22
Vitória	-0,07	0,03	0,01	-0,10	0,23	24/9	-141,27

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota: ℓ% refere-se à variação relativa do resultado orçamentário entre os anos de 2002-2012. Não foi possível calcular a taxa de crescimento médio anual ($\Delta\%$ a.a.), pois não existe logaritmo de números negativos.

Tabela 5 - Disparidades na Razão Despesa de Investimento/PIB (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Min.	Máx.		
Aracaju	1,12	1,14	0,83	0,36	1,22	8/12	0,18
Belém	0,77	1,66	0,87	0,36	1,66	13/4	6,97
Belo Horizonte	0,85	1,78	1,36	0,83	1,95	11/3	6,74
Boa Vista	5,05	1,49	2,20	0,59	5,05	1/7	-11,08
Campo Grande	3,47	2,77	2,07	1,18	3,47	2/1	-2,06
Cuiabá	0,75	0,97	0,59	0,29	0,97	15/13	2,36
Curitiba	0,45	0,63	0,48	0,26	0,79	25/20	3,18
Florianópolis	1,15	0,93	0,88	0,52	1,15	7/15	-1,88
Fortaleza	0,69	0,83	0,71	0,25	0,95	19/18	1,70
Goiânia	0,74	0,30	0,65	0,30	0,95	17/25	-8,11
João Pessoa	1,11	1,25	1,03	0,41	1,59	9/9	1,09
Macapá	1,35	0,29	0,52	0,29	1,35	6/26	-14,08
Maceió	0,61	0,51	0,64	0,35	1,08	23/22	-1,66
Manaus	0,66	0,62	0,49	0,21	0,83	20/21	-0,59
Natal	0,65	0,39	0,88	0,35	1,97	21/24	-4,62
Palmas	2,90	2,14	1,94	0,99	2,99	3/2	-2,77
Porto Alegre	0,61	0,89	0,57	0,38	0,89	22/16	3,37
Porto Velho	1,53	1,56	1,35	0,35	2,64	5/5	0,19
Recife	0,61	0,87	0,63	0,39	0,87	24/17	3,31
Rio Branco	2,37	1,29	1,58	0,97	2,62	4/8	-5,55
Rio de Janeiro	0,70	1,50	0,76	0,24	1,60	18/6	6,91
Salvador	0,74	0,39	0,48	0,19	0,89	16/23	-5,75
São Luís	1,09	1,18	0,58	0,00	1,18	10/11	0,72
São Paulo	0,44	0,72	0,57	0,23	0,76	26/19	4,50
Teresina	0,76	1,20	1,13	0,55	1,73	14/10	4,11
Vitória	0,82	0,97	0,81	0,26	1,18	12/14	1,55

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas de investimento como proporção do PIB entre 2002-2012 definida por: $\frac{\ln(t_f) - \ln(t_0)}{T}$, onde T = 11.

Tabela 6 - Disparidades na Razão Gastos com Saúde/Receita Orçamentária (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Mín.	Máx.		
Aracaju	23,84	29,78	31,46	23,84	35,38	12/8	2,02
Belém	32,15	28,68	32,09	28,45	34,05	4/10	-1,04
Belo Horizonte	34,43	27,95	30,47	26,66	34,43	2/11	-1,90
Boa Vista	16,48	19,13	20,70	16,48	24,46	19/21	1,36
Campo Grande	29,56	31,89	31,78	29,56	34,21	7/3	0,69
Cuiabá	28,67	28,73	29,92	19,21	35,64	8/9	0,02
Curitiba	19,13	17,89	19,01	17,87	20,90	15/23	-0,61
Florianópolis	11,05	20,24	16,02	11,05	20,24	24/18	5,50
Fortaleza	31,11	27,65	31,16	27,65	34,63	6/12	-1,07
Goiânia	25,41	31,77	28,86	25,41	36,34	11/4	2,03
João Pessoa	18,63	40,16	32,29	18,63	40,16	17/1	6,98
Macapá	16,43	21,68	19,67	16,23	21,93	20/16	2,52
Maceió	28,18	30,04	28,66	25,80	32,52	9/7	0,58
Manaus	17,17	20,22	19,07	14,82	21,50	18/19	1,49
Natal	28,07	30,99	26,11	19,49	30,99	10/5	0,90
Palmas	19,70	21,45	19,86	18,17	21,45	14/17	0,78
Porto Alegre	32,09	27,22	25,78	22,28	32,09	5/13	-1,50
Porto Velho	18,68	23,32	19,85	16,84	23,32	16/15	2,02
Recife	16,32	19,83	19,61	16,32	21,54	21/20	1,77
Rio Branco	10,83	15,69	14,85	10,83	17,45	25/25	3,37
Rio de Janeiro	20,35	18,39	17,62	14,03	21,16	13/22	-0,92
Salvador	9,01	23,32	22,43	9,01	29,78	26/14	8,65
São Luís	33,60	30,57	31,70	28,97	35,18	3/6	-0,86
São Paulo	16,12	17,26	17,28	15,77	18,97	22/24	0,62
Teresina	40,04	39,40	37,33	26,12	40,81	1/2	-0,15
Vitória	12,30	14,02	14,48	12,30	16,72	23/26	1,19

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual dos gastos com saúde como proporção da receita orçamentária entre 2002-2012 definida por: $\frac{\ln(t_f) - \ln(t_0)}{T}$, onde T = 11.

Tabela 7 - Disparidades nos Gastos com Saúde *per capita* para Capitais Brasileiras (2002-2014)

Município	2002	2014	Média	Amplitude		Ranking (02/14)	Δ% a.a.
				Mín	Máx		
Aracaju	332,11	743,85	592,58	332,11	750,22	16/8	6,20
Belém	348,08	623,64	433,19	332,92	623,64	13/12	4,49
Belo Horizonte	666,05	1143,33	786,64	579,29	1143,33	2/1	4,16
Boa Vista	330,20	428,97	410,75	294,90	536,36	17/21	2,01
Campo Grande	522,45	1076,43	774,94	491,57	1076,43	3/2	5,56
Cuiabá	472,86	-	563,67	382,06	779,50	7/26	-
Curitiba	486,54	780,47	568,12	427,93	780,47	6/7	3,64
Florianópolis	206,60	541,75	398,75	203,05	561,25	22/18	7,42
Fortaleza	379,83	638,07	486,08	362,91	638,07	11/11	3,99
Goiânia	461,22	796,27	617,47	437,07	821,68	8/6	4,20
João Pessoa	191,11	801,32	577,11	191,11	873,43	23/5	11,03
Macapá	175,54	232,97	219,92	159,23	277,69	24/24	2,18
Maceió	303,00	563,99	406,47	290,62	563,99	18/16	4,78
Manaus	209,00	346,81	281,48	174,20	361,13	21/22	3,90
Natal	344,91	587,10	434,58	252,22	593,14	14/14	4,09
Palmas	456,45	568,00	508,66	378,45	645,54	9/15	1,68
Porto Alegre	860,38	976,16	758,50	523,78	976,16	1/4	0,97
Porto Velho	224,14	504,00	359,31	202,63	575,44	20/20	6,23
Recife	248,60	543,97	389,09	246,63	543,97	19/17	6,02
Rio Branco	145,13	312,17	229,29	145,13	312,17	25/23	5,89
Rio de Janeiro	507,79	607,96	480,15	321,32	633,34	4/13	1,38
Salvador	99,30	190,01	273,83	99,30	427,53	26/25	4,99
São Luís	450,92	661,76	534,38	370,36	661,76	10/10	2,95
São Paulo	335,87	535,26	495,11	307,19	634,78	15/19	3,59
Teresina	488,73	1002,74	653,33	342,54	1002,74	5/3	5,53
Vitória	365,03	725,82	620,10	365,03	769,12	12/9	5,29

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas correntes como proporção do PIB entre 2002-2014 definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 13.

Tabela 9 - Disparidades na Razão Gastos com Educação/Receita Orçamentária (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Mín.	Máx.		
Aracaju	18,77	11,92	15,50	11,92	18,77	15/26	-4,13
Belém	14,43	17,34	14,15	12,90	17,34	23/16	1,67
Belo Horizonte	20,33	16,11	18,25	16,11	20,33	12/22	-2,11
Boa Vista	12,54	20,00	17,56	11,62	29,02	25/11	4,24
Campo Grande	19,32	21,04	21,16	18,91	22,51	13/8	0,78
Cuiabá	25,92	21,76	20,40	16,31	25,92	3/5	-1,59
Curitiba	13,12	13,18	14,48	12,94	15,75	24/25	0,04
Florianópolis	20,76	21,74	21,61	20,70	23,80	10/6	0,42
Fortaleza	17,95	16,17	17,81	15,93	20,42	18/20	-0,95
Goiânia	21,49	19,34	19,07	15,86	21,49	9/12	-0,96
João Pessoa	23,88	21,27	20,44	15,99	23,88	5/7	-1,06
Macapá	20,69	30,82	23,79	20,69	30,82	11/1	3,62
Maceió	16,05	16,88	17,02	15,50	18,47	21/18	0,46
Manaus	26,82	26,48	25,80	20,90	27,03	2/2	-0,12
Natal	18,74	16,70	18,44	15,13	21,31	16/19	-1,05
Palmas	23,20	24,20	21,27	18,15	24,20	6/3	0,38
Porto Alegre	15,50	15,17	15,68	11,35	17,34	22/24	-0,20
Porto Velho	17,96	22,62	19,75	9,48	24,64	17/4	2,10
Recife	17,17	16,06	19,80	16,06	21,83	19/23	-0,61
Rio Branco	28,40	17,44	18,04	13,87	28,40	1/15	-4,43
Rio de Janeiro	24,46	16,17	18,96	14,79	25,38	4/21	-3,77
Salvador	10,88	17,85	15,00	8,99	20,05	26/14	4,50
São Luís	16,60	17,28	19,00	16,60	23,00	20/17	0,37
São Paulo	22,37	20,29	21,68	20,29	22,41	8/10	-0,89
Teresina	19,13	20,62	18,69	16,46	20,62	14/9	0,68
Vitória	22,52	19,13	21,69	18,93	24,48	7/13	-1,48

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual da razão Gastos com Educação/Rec. Orçamentária entre 2002-2012 definida por: $\frac{\ln(t_f) - \ln(t_0)}{T}$, onde T = 11.

Tabela 11 - Disparidades nos Gastos *per capita* com Saneamento para Capitais Brasileiras (2002-2013)

Município	2002	2013	Média	Amplitude		Ranking (02/13)	ℓ%
				Mín.	Máx.		
Aracaju	5,38	36,37	19,56	0,00	52,96	16/14	576,38
Belém	47,80	40,72	34,08	22,88	47,80	7/12	-14,80
Belo Horizonte	120,15	183,26	166,68	119,40	213,37	3/4	52,53
Boa Vista	58,71	12,15	52,81	2,73	267,59	6/17	-79,31
Campo Grande	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20/22	-
Cuiabá	80,84	2,47	11,74	0,00	80,84	4/19	-96,95
Curitiba	0,00	125,42	43,69	0,00	125,42	21/8	-
Florianópolis	0,00	346,32	119,89	0,00	346,32	22/2	-
Fortaleza	0,00	0,00	0,37	0,00	1,45	23/23	-
Goiânia	171,82	247,22	177,70	148,82	247,22	2/3	43,88
João Pessoa	7,14	2,33	7,70	2,33	17,36	14/20	-67,39
Macapá	46,94	0,50	9,27	0,00	46,94	8/21	-98,93
Maceió	4,08	147,80	51,75	0,00	168,84	18/6	3525,07
Manaus	15,04	9,60	8,34	0,05	16,17	12/18	-36,17
Natal	0,00	0,00	0,14	0,00	1,26	24/24	-
Palmas	0,00	0,00	24,67	0,00	215,47	25/25	-
Porto Alegre	449,98	552,22	495,60	171,84	648,83	1/1	22,72
Porto Velho	2,20	49,10	6,46	0,00	49,10	19/11	2136,72
Recife	25,59	22,20	17,27	0,00	27,14	11/16	-13,26
Rio Branco	78,28	30,23	79,47	30,23	115,95	5/15	-61,38
Rio de Janeiro	9,78	142,95	55,75	3,39	142,95	13/7	1361,85
Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26/26	-
São Luís	36,04	159,11	78,63	6,60	195,03	10/5	341,43
São Paulo	44,76	39,98	29,99	11,73	44,76	9/13	-10,66
Teresina	5,71	55,57	34,29	2,06	57,83	15/10	873,39
Vitória	4,65	88,28	106,11	2,97	343,54	17/9	1798,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: ℓ% refere-se à variação relativa dos gastos com saneamento per capita entre os anos de 2002-2013. Não foi possível calcular a taxa de crescimento médio anual ($\Delta\%$ a.a.), pois a função logaritmo não está definida em zero.

Tabela 12 - Disparidades nos Gastos *per capita* com Habitação para Capitais Brasileiras (2002-2014)

Município	2002	2014	Média	Amplitude		Ranking (02/14)	ℓ%
				Mín.	Máx.		
Aracaju	73,12	5,46	42,67	5,46	82,77	2/18	-92,53
Belém	10,47	5,84	9,20	3,60	21,29	15/17	-44,23
Belo Horizonte	33,96	87,34	92,28	33,96	168,65	5/1	157,18
Boa Vista	0,33	1,50	24,46	0,33	97,10	22/21	359,68
Campo Grande	43,75	8,33	26,77	8,33	46,78	3/13	-80,96
Cuiabá	16,54	-	13,25	4,31	41,65	10/26	-
Curitiba	17,18	14,02	21,83	5,19	48,27	9/10	-18,39
Florianópolis	10,11	46,87	16,62	0,76	46,87	16/5	363,65
Fortaleza	15,87	9,30	20,93	3,89	37,81	11/12	-41,38
Goiânia	11,15	0,30	13,94	0,00	113,64	14/25	-97,33
João Pessoa	9,08	43,19	16,34	0,43	60,65	17/6	375,77
Macapá	0,00	6,60	8,29	0,00	40,29	24/14	-
Maceió	25,64	0,60	16,63	0,60	48,35	7/24	-97,67
Manaus	0,00	1,38	2,81	0,00	10,49	25/22	-
Natal	0,00	14,55	5,32	0,00	24,80	26/9	-
Palmas	6,20	27,34	35,23	2,07	80,34	18/8	341,13
Porto Alegre	28,80	67,98	58,88	28,80	87,52	6/2	136,04
Porto Velho	14,88	33,22	39,17	1,99	147,59	12/7	123,31
Recife	4,77	5,93	9,17	0,00	25,16	19/15	24,24
Rio Branco	2,68	2,26	6,38	0,17	37,33	21/20	-15,58
Rio de Janeiro	80,80	54,77	56,13	12,38	98,50	1/4	-32,22
Salvador	3,62	5,38	3,63	1,73	6,79	20/19	48,60
São Luís	0,01	1,24	4,68	0,00	34,15	23/23	9914,47
São Paulo	38,76	10,68	51,45	10,68	109,63	4/11	-72,45
Teresina	23,20	5,87	24,22	5,87	45,50	8/16	-74,72
Vitória	12,47	61,95	62,75	9,34	140,36	13/3	396,75

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e FINBRA/STN.

Nota: ℓ% refere-se à variação relativa dos gastos com habitação per capita entre os anos de 2002-2014. Não foi possível calcular a taxa de crescimento médio anual ($\Delta\%$ a.a.), pois a função logaritmo não está definida em zero.

Tabela 13 - Disparidades na Razão Gastos da Previdência/PIB (%) para Capitais Brasileiras (2002-2012)

Município	2002	2012	Média	Amplitude		Ranking (02/12)	Δ% a.a.
				Mín.	Máx.		
Aracaju	0,62	1,16	0,80	0,62	1,16	8/4	5,65
Belém	0,04	0,06	0,06	0,03	0,10	24/25	2,68
Belo Horizonte	0,69	0,93	0,76	0,68	0,93	4/8	2,67
Boa Vista	0,12	0,12	0,13	0,11	0,20	22/24	-0,30
Campo Grande	0,31	0,81	0,51	0,31	0,81	19/11	8,67
Cuiabá	0,31	0,48	0,36	0,29	0,48	20/19	3,90
Curitiba	0,60	0,68	0,56	0,52	0,68	9/14	1,23
Florianópolis	0,04	0,54	0,38	0,04	0,57	23/17	23,25
Fortaleza	0,54	0,72	0,61	0,54	0,72	12/13	2,62
Goiânia	0,64	1,20	0,70	0,29	1,20	7/2	5,73
João Pessoa	0,04	1,13	0,76	0,04	1,13	25/5	30,73
Macapá	0,34	0,41	0,41	0,34	0,49	18/20	1,77
Maceió	0,36	1,27	0,68	0,15	1,27	16/1	11,47
Manaus	0,15	0,00	0,05	0,00	0,15	21/26	-
Natal	0,77	0,86	0,75	0,49	1,12	1/9	0,95
Palmas	0,00	0,24	0,10	0,00	0,24	26/23	-
Porto Alegre	0,67	0,56	0,72	0,51	1,66	6/16	-1,68
Porto Velho	0,35	0,34	0,29	0,21	0,35	17/22	-0,26
Recife	0,76	0,73	0,40	0,00	0,76	2/12	-0,38
Rio Branco	0,41	0,39	0,37	0,23	0,46	14/21	-0,51
Rio de Janeiro	0,57	1,18	1,12	0,57	1,50	11/3	6,53
Salvador	0,75	0,97	0,83	0,75	0,97	3/7	2,31
São Luís	0,59	0,64	0,71	0,38	1,10	10/15	0,75
São Paulo	0,69	1,10	0,81	0,60	1,10	5/6	4,26
Teresina	0,36	0,86	0,55	0,36	0,86	15/10	7,91
Vitória	0,52	0,48	0,30	0,00	0,52	13/18	-0,66

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FINBRA/STN.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual da razão Gastos com Previdência/PIB entre 2002-2012 definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 11.

Tabela 14 - Disparidades na Razão Gastos Gastos com Pessoal/RCL (%) para Capitais Brasileiras (2008-2013)

Município	jan/08 a dez/08	jan/09 a dez/09	jan/10 a dez/10	jan/11 a dez/11	jan/12 a dez/12	jan/13 a dez/13	Média	Amplitude		Ranking (08/13)	Δ% a.a.
								Mín.	Máx.		
Belém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Boa Vista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Aracaju	49,35	49,72	51,3	47,44	49,01	52,5	49,89	47,44	52,5	2/5	1,03
Belo Horizonte	42,01	44,3	42,16	39,29	40,19	43,09	41,84	39,29	44,3	11/12	0,42
Campo Grande	38,98	37,97	42,88	-	-	-	39,94	-	42,88	14/-	-
Cuiabá	-	-	-	-	41,37	49,09	45,23	-	49,09	-7	-
Curitiba	40	42,11	41,45	37,92	38,12	41,12	40,12	37,92	42,11	12/13	0,46
Florianópolis	51,61	54,44	52,85	52,84	55,81	56,88	54,07	51,61	56,88	1/1	1,62
Fortaleza	44,18	47,49	45,15	43,91	45,42	53,21	46,56	43,91	53,21	8/4	3,10
Goiania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
João Pessoa	39,56	36,7	45,01	40,81	52,53	54,74	44,89	36,7	54,74	13/3	5,41
Macapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Maceió	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Manaus	46,68	47,8	41,38	-	-	-	45,29	-	47,8	4/-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Palmas	46,78	48,19	50,83	-	53,36	54,78	50,79	-	54,78	3/2	2,63
Porto Alegre	44,84	46,63	47,32	45,63	49,67	52,04	47,69	44,84	52,04	5/6	2,48
Porto Velho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
Recife	44,7	44,87	49,14	45,25	45,55	48,8	46,39	44,7	49,14	7/9	1,46
Rio Branco	42,86	42,63	46,01	44,81	-	46,69	44,60	-	46,69	9/11	1,43
Rio de Janeiro	-	-	-	43,12	43,14	-	43,13	-	43,14	-/-	-
Salvador	31,5	35,72	43,55	40,26	46,91	48,97	41,15	31,5	48,97	16/8	7,35
São Luís	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-/-	-
São Paulo	35,76	36,48	33,98	33,28	34,26	34,52	34,71	33,28	36,48	15/14	-0,59
Teresina	44,75	-	-	-	-	-	44,75	-	44,75	6/-	-
Vitória	42,65	48,17	48,08	43,31	45,12	47,6	45,82	42,65	48,17	10/10	1,83

Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio Compara Brasil.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas correntes como proporção do PIB entre 2008-2013 definida por: $\{[\ln(t_f) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 6.

Tabela 15 - Disparidades na Razão DCL/RCL (%) para Capitais Brasileiras (2008-2014)

Município	jan/08 a dez/08	jan/09 a dez/09	jan/10 a dez/10	jan/11 a dez/11	jan/12 a dez/12	jan/13 a dez/13	jan/14 a abr/14	Média	Amplitude		Ranking (08/13)	Δ% a.a.
									Min.	Máx.		
Aracaju	3,58	6,35	9,94	7,76	8,45	13,99	7,3	8,20	3,58	13,99	15/10	10,18
Belém	-1,59	2,46	-1,63	3,13	11,82	11,51	2,81	4,07	-1,63	11,82	18/15	-
Belo Horizonte	27,88	34,66	30,52	33,03	34,78	41,78	26,24	32,70	26,24	41,78	6/5	-0,87
Boa Vista	2,41	-28,32	-41,54	-32,84	100	-41,36	-	-6,94	-41,54	100	16/-	-
Campo Grande	-4,83	-2,9	-3,22	-7,95	2,72	-4,27	-14,83	-5,04	-14,83	2,72	22/21	-
Cuiabá	59,39	46,54	61,74	60,86	42,97	-	32,98	50,75	-	61,74	2/3	-8,40
Curitiba	11,28	9,46	7,62	3,32	6,09	9,83	5,97	7,65	3,32	11,28	12/12	-9,09
Florianópolis	28,29	23,18	25,68	27,57	33,69	33,89	21,78	27,73	21,78	33,89	5/6	-3,74
Fortaleza	-3,02	-3,84	-1,39	0,23	4,27	15,48	5,85	2,51	-3,84	15,48	19/13	-
Goiania	13,37	6,61	12,36	15,23	4,22	16,25	-	11,34	-	16,25	11/-	-
João Pessoa	-4,13	-17,41	-32,85	-34,5	-13,31	-19,76	-13,19	-19,31	-34,5	-4,13	20/20	-
Macapá	0,1	1,81	-16,52	-1,03	3,54	-0,04	0	-1,73	-16,52	3,54	17/17	-
Maceió	25,31	22,94	9,78	6,43	14,23	15,24	-0,49	13,35	-0,49	25,31	9/18	-
Manaus	-4,3	-6,62	-9,8	-17,42	-16,33	-15,47	-21,01	-12,99	-21,01	-4,3	21/23	-
Natal	14,6	20,43	13,71	41,3	14,69	-	7,95	18,78	-	41,3	10/9	-8,68
Palmas	-6,96	-9,54	-0,4	-1,69	-5,66	-21,32	-28,45	-10,57	-28,45	-0,4	23/24	-
Porto Alegre	9,36	4,05	1,51	-0,55	5,28	10,3	6,64	5,23	-0,55	10,3	13/11	-4,90
Porto Velho	-13,85	-5,1	-4,24	-11,28	-10,73	-3,37	-7,6	-8,02	-13,85	-3,37	26/19	-
Recife	27,82	24,9	25,01	6,6	5,1	12,33	3,08	14,98	3,08	27,82	7/14	-31,44
Rio Branco	6,05	0,63	-1,43	0,81	25,19	17,72	13,64	8,94	-1,43	25,19	14/8	11,61
Rio de Janeiro	48,04	25,45	20,07	48,24	54,15	47,42	33,77	39,59	20,07	54,15	3/2	-5,04
Salvador	46,24	53,2	69,76	51,2	51,8	-	26,38	49,76	-	69,76	4/4	-8,02
São Luís	27,44	-10,32	2,31	2,31	-	-	19,64	8,28	-10,32	27,44	8/7	-4,78
São Paulo	203,32	207,98	213,49	199,5	199,81	192,96	190,53	201,08	190,53	213,49	1/1	-0,93
Teresina	-11,9	-16,98	-15,32	-16,41	-20,15	-15,52	-20,23	-16,64	-20,23	-11,9	25/22	-
Vitória	-7,98	0,17	7,31	3,71	8,3	6,81	2,01	2,90	-7,98	8,3	24/16	-

Fonte: Elaboração própria com base em dados do sítio ComparaBrasil.

Nota: Δ% a.a. refere-se à taxa de crescimento médio anual das despesas correntes como proporção do PIB entre 2005-2012 definida por: $\{[\ln(t_r) - \ln(t_0)]/T\}$, onde T = 7.